



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **IMPOSIÇÕES CULTURAIS AO LONGO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Lucas Romário da Silva<sup>1</sup>  
*Universidade Federal da Paraíba*

Ana Dorziat<sup>2</sup>  
*Universidade Federal da Paraíba*

### **Resumo**

A história da Educação Brasileira tem sido marcada por processos de imposições culturais. Desde a educação jesuítica, grupos mais poderosos tentam impor seus interesses e ideologias, estabelecendo relações assimétricas, como ocorreu entre os portugueses e os nativos brasileiros. Esses processos de aculturação histórica da nossa educação foram permeados por violência simbólica e geraram sofrimento e resistência nos grupos vitimados. Um exemplo de resistência foi protagonizado pelos ameríndios, que por não se curvarem facilmente às imposições e conhecimentos trazidos pelos padres portugueses, tinham suas almas consideradas inconstantes. Imposições culturais menos visibilizadas pela sociedade também vêm ocorrendo. Uma delas recai sobre as pessoas surdas, que vêm sua língua e cultura própria sofrerem uma histórica tentativa de apagamento. Para compreender melhor o processo pelo qual passou as pessoas surdas, realizamos uma pesquisa bibliográfica, buscando contextualizar, no campo da educação brasileira, as imposições culturais sofridas por esse grupo.

**Palavras-chave:** Imposições culturais, Educação Brasileira, Educação de Surdos.

### **Introdução**

A discussão que coloca a sociedade brasileira como vulnerável ao processos de imposição cultural é histórica. Contemporaneamente, o fenômeno da globalização tem acentuado esse processo em duas direções: o Brasil continua reproduzindo com maior voracidade artefatos culturais externos, mas também tem, a partir de processos de empoderamento, exportado esses artefatos para outros países e continentes.

Para entender essa reflexão, é preciso situá-la de forma não linear. Isso faz com que enxerguemos que o Brasil experimenta um processo complexo e multifacetado de imposição cultural, que acontece, ao mesmo tempo, de forma acentuada ou tênue, externa ou internamente.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação na linha de pesquisa Estudos Culturais da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB).

<sup>2</sup> Doutora em Educação (UFSCar). Professora da Universidade Federal da Paraíba (CE/DHP/PPGE).



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

É preciso compreender que, sobretudo em nível macro, o capitalismo impulsiona a geração de desigualdades sociais entre países, fato que é reproduzido dentro dos próprios países, gerando abismos entre as classes sociais. No entanto, ele não é o único elemento criador de assimetrias sociais. As imposições culturais são reflexos de embates e lutas por poderes e envolvem outros elementos. Grupos considerados mais frágeis socialmente, pelas diferenças físicas, por posições sociais, diferenças de gênero, de religião, etnia, ou seja, diferenças culturais têm passado por esses processos. Ao afunilarmos a discussão, torna-se evidente no cotidiano que os processos de imposições culturais ocorrem mesmo internamente entre um grupo e outro e/ou nos próprios grupos.

Ainda exercitando um olhar mais complexo sobre os fenômenos, é preciso considerar que, se por um lado houve um processo de assujeitamento, por outro houve grupos que nem sempre se sujeitaram às imposições culturais alheias. Aconteceram resistências em vários momentos de nossa história, como por exemplo, nos anos 1500, quando os nativos brasileiros não se submeteram facilmente e sem relutar, antes de serem vencidos à exploração e, até mesmo, trocaram experiências e referências culturais.

Esse processo de embates e vitória do mais forte traz consequências diretas para a Educação que absorve as relações desiguais de cultura. No campo acadêmico, por exemplo, é visível a supremacia de teorias, pensamentos, discursos e práticas pedagógicas produzidas por educadores e teóricos estrangeiros na educação brasileira em detrimento do que é produzido por nossos educadores e pensadores da educação.

A adoção dessa visão tem reflexos no espaço escolar, onde as diferenças humanas são desconsideradas, sendo apagadas ou subalternizadas as formas de ser e estar no mundo de negros, mulheres, pessoas com deficiência, certos grupos religiosos, ciganos, gays, entre outros grupos.

Incomodados com essas situações, buscamos desenvolver reflexões neste texto, à luz de diversas referências teóricas apresentadas pela disciplina Educação Brasileira do Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade



Federal da Paraíba, tentando compreender como, externa/internamente, ao longo da história social e educacional brasileira, alguns processos culturais vêm tentando impor uma cultura sobre a outra. Antecipamos que a realidade do Brasil, desde o registro de sua mais remota história, vem sendo marcada por processos culturais impositivos e autoritários.

Baseados nessas ideias, realizamos uma interface com a educação de surdos, considerando que esses sujeitos são possuidores de uma cultura própria, a Cultura Surda, e, assim como outros grupos marginalizados, vêm tendo sua cultura negada, apagada e subestimada de forma autoritária e desumana, em detrimento de uma cultura equivocadamente dita como superior por ser a cultura dominante, “normal” e majoritária, ou seja, a cultura ouvinte (SKLIAR, 2013).

## **Metodologia**

A partir do percurso realizado durante a disciplina Educação Brasileira do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sentimos a necessidade de realizar uma pesquisa bibliográfica na qual relacionássemos a história de nossa educação com nosso objeto de investigação na pesquisa de mestrado, isto é, a educação de surdos.

Marconi e Lakatos (2012, p. 44) afirmam que a pesquisa bibliográfica tem por objetivo “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”. Tendo a ideia de busca de elementos bibliográficos como meta, buscamos conhecer o que houve durante a história da educação brasileira no que concerne aos processos de imposição cultural sofridos por diferentes grupos do povo brasileiro.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### **Imposição cultural no Brasil: uma realidade historicamente presente na sociedade e na educação**

A sociedade brasileira sempre foi rica em termos de pluralidade cultural. Desde os primórdios de nossa história, os povos que aqui habitavam eram diferentes entre si. Com o passar do tempo, essa pluralidade se acentuou com as dispersões entre os povos. Para Couto (1995, p. 51), “ao longo do milenar processo de povoamento do Brasil, verificou-se uma progressiva diferenciação linguística e civilizacional entre os descendentes dos primitivos ocupantes”.

Para além das dispersões linguísticas e civilizacionais, houve transformações culturais, uma vez que povos singulares foram criando uma identidade própria. Independente do tempo histórico, compreendemos que as identidades são fluidas, transitórias, contraditórias, multifacetadas e se (re)constroem (HALL, 2006). As construções culturais e subjetivas de cada tribo ameríndia se formaram a partir de suas necessidades, pois, dentro da sociedade ameríndia, havia pensamentos, desejos e interesses que também se diferenciavam.

Alguns grupos ameríndios se uniam até mesmo com sujeitos externos à sua comunidade a fim de conquistar seus interesses, sobretudo, nas disputas políticas contra outras tribos, como afirma Castro (2003, p. 212): “o uso dos padres para a consecução de objetivos políticos próprios, aliás, era extensivo: os Tamoio de Iperoig aceitaram a embaixada de Anchieta de forma a ganhar os portugueses como aliados contra seus adversários tradicionais, os Tupiniquim de São Vicente”.

Para a vitória dessas disputas, os tupis não mediam esforços para conquistar seus objetivos, pois, “aparentemente pouco inclinados a qualquer oposição segmentar, os Tupi vendiam a alma aos europeus para continuar mantendo sua guerra corporal contra outros Tupi” (CASTRO, 2003, p. 212). Baseados nesses excertos, constatamos o quanto os ameríndios eram resistentes nas lutas pelos seus ideais, mesmo que isso custasse a sua própria alma e tivessem que se render temporariamente a seus colonizadores.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Apesar de, em determinadas situações, os ameríndios “venderem a própria alma”, isso não acontecia com tanta facilidade. Quando os jesuítas chegaram ao Brasil, quiseram a todo custo impor seus ideais, filosofias, concepções e dogmas aos índios que aqui habitavam. Uma tentativa de aculturação se iniciou nas terras brasileiras, pois no “início das atividades da Companhia de Jesus, em 1549, [...] pode ser resumido em uma frase: o gentio do país era exasperadoramente difícil de converter” (CASTRO, 2003, p. 184).

Os padres jesuítas tiveram uma grande dificuldade de impor os seus princípios, sobretudo, religiosos, dado que os índios já possuíam as suas próprias convicções, filosofia de vida e cultura. Castro (2003, p. 184), baseado no Sermão do Espírito Santo (1657) escrito pelo Padre Antônio Vieira, afirma:

Gente receptiva a qualquer figura, mas impossível de configurar, os índios eram – para usarmos um símile menos europeu que a estátua de murta – como a mata que os agasalhava, sempre pronta a se refechar sobre os espaços precariamente conquistados pela cultura. Eram como sua terra, enganosamente fértil, onde tudo parecia se poder plantar, mas onde nada brotava que não fosse sufocado incontinentemente pelas ervas daninhas. Esse gentio sem fé, sem lei e sem rei não oferecia um solo psicológico e institucional onde o Evangelho pudesse deitar raízes.

Os índios não eram receptivos às imposições culturais dos padres portugueses. Se estes achavam que os índios absorveriam facilmente seus ensinamentos religiosos e incorporariam sem relutar à sua cultura, frustraram-se. Segundo Castro (2013), aqui no Brasil, a palavra de Deus era captada de forma receptiva por um dos ouvidos e ignorada drasticamente pelo outro.

Assim, as identidades culturais dos índios passaram a ser estigmatizadas como inconstantes por não se adequarem aos ensinamentos jesuíticos. Os jesuítas não conseguiram perceber que a religião dos índios era a sua própria cultura. A cultura produzida por eles em seu cotidiano, seus ideais, suas crenças, costumes e rituais eram tão fortes quanto a sua força em resistir às imposições culturais jesuíticas. A “inconstância da alma dos selvagens” é traduzida metaforicamente pelas palavras de Antônio Vieira no Sermão do Espírito Santo (1657) como uma murta.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhes ponham mais a mão: sempre conserva e sustenta a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos, mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir, em quatro dias sai um ramo que lhes atravessa os olhos, sai outro que lhe descompõe as orelhas, saem dois que de cinco dedos lhe fazem sete, e o que pouco antes era homem, já é uma confusão verde de murtas (CASTRO, 2003, p. 184).

Em distintas sociedades, havendo processos sociais de colonização, geralmente, a regra é que os colonizadores tentem impor sua cultura aos colonizados. Entretanto, dificilmente esses processos são absorvidos sem relutância, visto que a cultura é considerada uma construção cotidiana, social e coletiva. De acordo com Castro (2013, p. 191), a cultura é um “‘sistema de crenças’ a que os indivíduos aderem, por assim dizer, religiosamente”.

Podemos ver, então, que a complexidade do processo de aculturação gera resistências por aqueles que estão sendo colonizados por uma cultura dominante. Essa ideia de cultura é bem traduzido nos Estudos Culturais, numa perspectiva pós-estruturalista e pós-colonialista, a qual utilizamos para justificar a postura dos índios frente às relações de poder de seus colonizadores.

A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação [...]. A cultura é um campo onde se define não só a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser. A cultura é um jogo de poder. (SILVA, 2011, p. 133-134)

Diferentes grupos da organização social brasileira sempre sofreram essas consequências dessas relações de poder, dado que, desde “o primeiro modelo, que serviu de base para a organização da sociedade colonial, envolvia uma superposição do padrão português do regime estamental (em fase de transição incipiente para o regime de classes) à escravidão de estoques raciais indígenas, africanos e mestiços” (FERNANDES, 1979, p. 35).

Destarte, os processos de superposição que envolveram e envolvem a sociedade em diversos modelos de organização social têm por objetivo adaptar os colonizados para fins de



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

exploração, assim como coloca Fernandes (1979, p. 35-36): “essa superposição representou uma técnica adaptativa imposta pela exploração colonial e deu origem a um sistema estratificatório misto, cujo duração foi condicionada pela persistência do regime servil e do sistema de produção escravista”.

Embora atualmente isso seja relativo, devido ao exacerbado desenvolvimento do capitalismo, no qual a condição financeira de um sujeito ou grupo é o que de fato o(s) define como privilegiados socialmente; na sociedade colonial os sujeitos chamados letrados eram os considerados detentores da cultura. Dessa forma, o conhecimento era um grande mecanismo de poder. Numa visão elitista, o “dom” da palavra e o acesso ao conhecimento dava aos letrados a condição de possuidores da pura e verdadeira cultura. Segundo Hansen (2011, p. 54), “os letrados é quem têm o ofício de resguardar a pureza da cultura e nesse momento seu trabalho redobra: elaboram sofisticados argumentos de forma que não se ofenda nem a cultura nem a nova prática”.

No campo do conhecimento, a habilidade oral pode ser considerada um mecanismo de poder, sobretudo, quando usada para fins de dominação. A oralidade, a retórica e a língua majoritária sempre fizeram e tiveram papel importante nos currículos escolares. A língua, enquanto instrumento de dominação, pode ser utilizada de forma coercitiva, excluindo os sujeitos e fazendo com que uma cultura se sobreponha a outra. Na contemporaneidade, por exemplo, sabemos que a língua inglesa é considerada universal e dominante, o que exige de vários países a aprendizagem dela como segunda língua.

No período de escravismo colonial (MAESTRI, 2008), havia uma grande opressão linguística por parte dos portugueses sobre os africanos exportados para o Brasil, uma vez que eram obrigados a aprender a língua portuguesa. Maestri (2008, p. 199) afirma que “mesmo que seu aprendizado se desse através da imitação, ele era obrigado a um aprendizado acelerado de um português instrumental, sobretudo porque, como assinalado, eram raras as escravarias de falares africanos homogêneos”.

Ainda que houvesse uma opressão linguística, a aprendizagem do português pelos africanos ocorria de modo árduo e complexo, pois os escravistas não ofereciam nenhum tipo de ensino aos africanos recém-chegados ao Brasil. Apesar de ser uma exigência dos



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

escravizadores que os africanos aprendessem a língua, pela necessidade de comunicação entre eles, “eram os cativos que tinham que se desdobrar para adquirir conhecimento rudimentar da língua dos *senhores*. Milhares de africanos morreram sem estabelecerem comunicação verbal qualificada com a população livre e escravizada” (MAESTRI, 2008, p. 199).

Seguindo esses diversos fatores de opressão que circundaram a educação brasileira, a educação de surdos também faz parte dessa realidade de imposições culturais. Por fugirem do padrão estabelecido, o povo surdo foi considerado, por muito tempo, constituído por pessoas deficientes, anormais, com necessidades de adequação social. Tendo em vista essa concepção, a sociedade ouvinte, majoritária em termos quantitativos e de poder, buscou impor sua característica linguística, a oral, não produzindo em sua história processos que incluíssem os surdos, tampouco, respeitado às suas diferenças culturais, identificadas, sobretudo, por uma singularidade: a língua de sinais.

Em consonância com a ótica majoritária normalizadora que sempre usou mecanismos de poder para anular as diferenças, a sociedade age sobre a comunidade surda, desrespeitando a Cultura Surda, e impondo, por exemplo, que a língua portuguesa seja priorizada na educação de surdos em detrimento da língua natural desses sujeitos, ou seja, a língua de sinais.

### **Anulações da Cultura Surda: dominação cultural e linguística**

Ao longo da história da educação brasileira, permeada por sucessivos processos autoritários e dominantes de uma cultura sobre a outra, a educação de surdos também é marcada por este caudal de sobreposição cultural e exclusão social, pressupondo que a pedagogia para eles “se constrói, implícita ou explicitamente, a partir das oposições normalidade/anormalidade, saúde/patologia, ouvinte/surdo, maioria/minoria, oralidade/gestualidade, etc.” (SKLIAR, 2013, p. 08).

No percurso histórico, a educação de surdos vem sendo dominada pela perspectiva do ouvintismo, que, segundo Skliar (1999), sugere uma forma particular de colonização dos ouvintes sobre os surdos. Essa perspectiva garante que o oralismo e o ouvintismo<sup>3</sup> dominem

---

<sup>3</sup> Termos criados por Skliar (2013).





## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

os processos educativos ofertados aos surdos. Dessa forma, o ouvintismo e o oralismo tentaram silenciar “as vozes” expressas pelas mãos dos surdos, reforçando o conceito de corpo danificado, deficiente e incapaz. Para Perlin (2013, p. 53), “o conceito de corpo danificado remete a questões de necessidade de normalização, o que significa trabalhar o sujeito surdo do ponto de vista do sujeito normal ouvinte”.

Essa realidade ratifica a dificuldade de a sociedade aceitar que um grupo ou classe social possa apresentar características e práticas culturais que se diferenciem do padrão. No caso da comunidade surda, a língua de sinais e todos os outros artefatos culturais produzidos por ela rompem a hegemonia cultural e se opõem à normalidade. Sobre as “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro, Sader e Paoli (1986, p. 46) afirmam que

[...] as práticas culturais diferenciadas dos diversos grupos sociais populares, isto é, sua inserção real em um mundo de relações sociais historicamente formado (que não era o mesmo nem sequer no plano da exploração capitalista), foram banidas do mundo da “verdadeira” classe social, fazendo-se ver como algo que divide e conspira a unidade, a coesão e o poder coletivo.

Desse modo, a Cultura Surda é fruto de uma construção cultural e subjetiva, historicamente desenvolvida pelos surdos a partir dos movimentos sociais. A luta desse povo é resultante de um sofrimento secular de processos excludentes, mas que conseguiu resistir às opressões sociais e vem buscando uma educação mais humanizada e com equidade social.

Assim como muitos minoritários, os surdos não têm a intenção de inverter os papéis de dominação e passar a ser dominador, mas buscar o seu devido espaço, na ânsia de conhecer o mundo como quaisquer sujeitos de direitos. Nesse sentido, a educação deve ser um mecanismo de empoderamento, autonomia, conquista de direitos sociais, culturais e de cidadania.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2013, p. 29).

Essa comunidade busca ser protagonista da sua própria história, afinal, o que temos presenciado até aqui, de modo geral, foi que suas vidas têm sido dominadas por sujeitos com privilégios sociais, em razão, sobretudo, da sua condição física. Assim como os profetas da chuva, o que o surdo “almeja é habitar melhor o mundo e não dominá-lo. Conhecer melhor o funcionamento dos fatos é uma maneira de situar-se nele numa posição de encontro, e não de mera instrumentalização de forças” (BEZERRA Jr., 2006, p. 129).

### **Considerações Finais**

No percurso histórico da educação brasileira, diferentes grupos que constituíram a sociedade, buscaram, de alguma forma, se estabelecer como grupo dominante. Para Foucault (1996), as relações de poder estão presentes em todas as relações, desse modo, determinados grupos buscam estabelecer sua dominação a partir desses jogos de poder.

A cultura, constituída de múltiplas relações, passa a ser um campo de embates entre distintos grupos sociais que buscam exercer seu poder. Os portugueses, por exemplo, chegaram aqui impondo a sua cultura sobre os ameríndios, porém, encontraram resistências, o que os levaram a estigmatizar as identidades dos ameríndios como inconstantes. A inconstância da alma dos índios era definida, apenas, porque eles relutavam em exercer as práticas culturais já construídas, não renunciando aos seus ideais e resistindo à imposição cultural.

A educação de surdos também foi marcada por opressões e imposições, tendo em vista que a Cultura Surda foi negada em substituição ao poderio da cultura ouvinte, como cultura dominante. Assim como os ameríndios, os surdos, os africanos e outros grupos, também resistiram às imposições socioculturais. No caso das pessoas surdas, a luta teve maior fôlego através dos movimentos sociais para a garantia, sobretudo, de seus direitos linguísticos.

A língua de sinais, principal identificação cultural dos surdos, ganhou espaço na sociedade atual devido às lutas desenvolvidas por eles, ratificada por estudos científicos que



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

imprimiram valer a essa língua como mecanismo de comunicação, expressão e impulsionadora do desenvolvimento cognitivo, psicológico e cultural das pessoas surdas.

Embora a cultura na sociedade atual seja metamórfica, dinâmica, transitória, contraditória, multifacetada, e, muitas vezes, desvalorizada pelos próprios produtores, devido ao processo de aculturação existente na sociedade capitalista, permeada pelos milhares de atrativos de consumo; é preciso considerar algumas vigas mestras que dão status de pertencimento às pessoas e contribuem para a organização política dos grupos. Pensando assim, determinados grupos, como o dos surdos, buscam preservar o valor imensurável que tem sua cultura, participando de processos em defesa de seus referenciais culturais subjetivos e coletivos.

### Referências

BEZERRA Jr., Benilton. Os porta-vozes da natureza e a prosa do mundo. In: MARTINS, Karla P. H. (Org.); *Profetas da chuva*. Fortaleza: Tempo d'Imagem, 2006. p. 125-130.

CASTRO, Eduardo V. de. *A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5. ed. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1995.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANSEN, João A. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cinthya G. *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 19-41.

MAESTRI, Mário. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria; CAMARA, Maria H. (Orgs.). *Histórias e Memórias da educação no Brasil, V. I – Séculos XVI- XVIII*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 192-209.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

PERLIN, Gladis T.T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 51-73.

SADER, Eder; PAOLI, Ana Maria. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: DURHAM, Eunice; CARDOSO, Ruth. *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. 4. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed.2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SKLIAR, Carlos. Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 7-32.

\_\_\_\_\_. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Educação e Exclusão*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999. p. 105-153.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 3. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.